

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.300 - PI (2019/0043200-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : HARRÊNIO SERGIO DA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por HARRÊNIO SÉRGIO DA CRUZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí proferido no *Habeas Corpus* n.º 0709314-24.2018.8.18.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi denunciado, em 1º/06/2006, pela suposta prática do crime tipificado no art. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal (fl. 13).

O Recorrente não foi encontrado para a citação pessoal e, realizada a citação por edital, não compareceu e não constituiu advogado. Desse modo, em 08/03/2017, o Juízo *a quo* suspendeu o curso do processo e do prazo prescricional (art. 366 do Código de Processo Penal) e decretou a prisão preventiva do Denunciado (fls. 23-24).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 53):

"HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – TESE AFASTADA - ORDEM DENEGADA. 1. o magistrado de piso agiu com acerto, demonstrando concretamente a existência dos pressupostos e requisitos autorizadores da prisão preventiva, apontando como fundamento para a adoção da medida extrema a garantia da instrução criminal e aplicação da lei penal, destacando no bojo do vergastado o fato de o decismum paciente encontrar-se foragido do distrito da culpa. 2. ORDEM DENEGADA."

Em sua razões, o Recorrente alega, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.

Afirma que "o MM. Juiz valeu-se simplesmente do fato do Réu estar em local incerto e não sabido para decretar a medida extrema da prisão preventiva, sem qualquer viés de cautelaridade nesta medida", bem como que o "fato de o processo estar

suspensão não constitui, por si só, motivo apto a ensejar a decretação da prisão preventiva" (fl. 72).

Sustenta, ainda, a ausência de contemporaneidade, haja vista que *"o fato delituoso teria se dado em 25/09/2000, porém, a decisão que decretou a prisão preventiva somente foi prolatada em 08/03/2017" (fl. 74).*

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Juízo de primeira instância ao decretar a prisão preventiva do Recorrente (fl. 23, sem grifos no original):

"[...] conforme se infere do contexto que os autos espelham depreende-se, salvo melhor juízo, que o denunciado se encontra foragido do distrito da culpa. Ora, como é assente na jurisprudência, nesta hipótese, cai como luva a mão a decretação da prisão preventiva do mesmo, conforme se vê dos seguintes arestos, verbis:

TJPI: Prisão preventiva. Réu foragido. Necessária é a prisão de quem demonstra que está fugindo à ação da Justiça (DJPI nº 2.056, de 14.11.90, pág. 02);

TJSP: Sem dúvida, a ausência do réu do foro da culpa é demonstração patente de que se torna necessária sua segregação preventiva, por conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal (RT 553/348);

STJ: A evasão do réu, por si só, justifica a preventiva decretada a bem da instrução e aplicação da lei penal (RT 664/336);

STF: A simples fuga do acusado do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime praticado, já justifica o decreto de prisão preventiva (RT 497/403).

Diante disso, resta imperiosa a decretação da prisão preventiva dos aludidos acusados, haja vista a presença de um dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, a saber: aplicação da lei penal.

[...]"

Como se vê, o Juízo *a quo* apresentou fundamentação que não se mostra, em princípio, desarrazoada, tendo em vista que enfatizou a condição de foragido do Recorrente.

Ademais, o acórdão combatido consignou que *"resta comprovada, concretamente, a elevada periculosidade do paciente, que ao longo deste lapso temporal praticou outros delitos, ostentando, inclusive, condenação por outro crime da mesma espécie, fatos estes evidenciadores de sua reiteração delitiva"* (fl. 55).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente sobre o andamento atualizado do feito – e ao Tribunal de origem, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora